



EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 61.259.958/0001-96

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.566	224	5.005	522	Empréstimos	16	27.023	-	41.553	-
Títulos e valores mobiliários	7	287.677	139.643	440.720	149.285	Arrendamento por direito de uso	17	2.065	1.739	2.065	1.739
Contas a receber	8	164.503	120.584	262.149	148.311	Fornecedores	18	56.146	49.363	139.852	66.722
Estoques	9	142.589	86.444	349.335	94.268	Fornecedores risco sacado	18	116.002	89.691	228.755	89.691
Adiantamentos		4.916	2.301	8.576	2.508	Obrigações trabalhistas	19	36.903	38.021	77.850	38.689
Tributos a recuperar	10	12.587	13.206	33.528	17.239	Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	1.380	14.628	17.722	19.853
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	23.820	39.594	49.273	40.612	Tributos a pagar	20	10.859	7.923	14.555	11.108
Contas a receber na venda de controladas	12	225.768	-	225.768	-	Adiantamentos de clientes		11.437	-	14.090	894
Outros créditos		1.988	6.191	4.750	6.725	Impostos e contribuições parcelados		1.557	2.013	1.938	2.072
Partes relacionadas	27	314.893	236.595	278.571	209.896	Contas a pagar - aquisições	21	4.778	-	4.778	-
Total do ativo circulante		1.180.307	644.782	1.657.675	669.366	Demais contas a pagar		2.463	1.605	2.855	1.605
Não circulante						Instrumentos financeiros derivativos	5.2	448	-	689	-
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	27	147.960	225.962	147.430	224.822
Tributos a recuperar	10	16.294	-	16.294	-	Total do ativo circulante		419.021	430.945	694.132	457.195
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	18.187	-	20.296	1.373	Não circulante					
Garantia para perdas tributárias e trabalhistas	23	11	535	939	535	Arrendamento por direito de uso	17	5.500	6.649	5.500	6.649
Depósitos judiciais	23	4.601	2.718	5.098	2.765	Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	22	328.410	85.217	331.464	97.792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	122.355	109.360	214.967	97.210	Passivos assumidos na combinação de negócio	22	1.466	-	5.210	-
Partes relacionadas	27	-	81.834	-	81.834	Partes relacionadas	27	86.402	-	82.940	-
Investimentos	13	313.551	93.513	-	9.668	Total do passivo		421.778	91.866	425.114	104.441
Imobilizado	14	9.155	9.631	9.727	9.690	Patrimônio líquido		840.799	522.811	1.119.246	561.636
Intangível	15	304.791	39.282	322.703	148.039	Capital social	26	876.237	397.092	876.237	397.092
Total do ativo não circulante		788.945	336.873	590.024	351.114	Reservas de capital	26	17.683	14.789	17.683	14.789
						Reserva de lucros	26	234.533	46.963	234.533	46.963
Total do ativo		1.969.252	981.655	2.247.699	1.020.480	Total do patrimônio líquido		1.128.453	458.844	1.128.453	458.844
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.969.252	981.655	2.247.699	1.020.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas e serviços	28	360.173	364.229	547.125	408.823
Custo das vendas e serviços prestados	29	(156.425)	(179.057)	(230.833)	(207.233)
Lucro bruto		203.748	185.172	316.292	201.590
Despesas operacionais					
Com vendas	29	(50.126)	(31.649)	(59.064)	(33.979)
Gerais e administrativas	29	(52.078)	(73.009)	(69.687)	(84.513)
Provisão para perda esperada	29	(21.097)	(5.093)	(18.255)	(6.426)
Outras receitas operacionais	29	4.012	3.225	6.815	3.390
Outras despesas operacionais	29	(1.186)	(8)	(1.186)	(11)
Equivalência patrimonial	13	66.042	12.271	569	5.599
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		149.315	90.909	175.484	85.650
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	74.087	37.699	84.202	40.753
Despesas financeiras	30	(35.918)	(24.236)	(42.671)	(26.973)
Lucro operacional antes dos impostos		187.484	104.372	217.015	99.430
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	24	13.395	(23.347)	(2.278)	(21.096)
Diferidos	24	45.115	(1.339)	31.257	1.352
Lucro do exercício		245.994	79.686	245.994	79.686
Atribuído a:					
Acionistas controladores		245.994	79.686	245.994	79.686
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Notas	Controladora			
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2023		397.092	12.417	2.302	32.798
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	79.686
Lucro do exercício		-	-	-	79.686
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	79.686
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Opções outorgadas reconhecidas		2.372	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(32.798)	-
Destinação dos resultados do exercício					
Reserva legal		-	3.984	-	(3.984)
Dividendos antecipados		-	-	-	(4.525)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(30.500)
Reserva para investimentos		-	-	40.677	(40.677)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		2.372	3.984	7.879	(79.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		397.092	14.789	6.286	40.677
Resultado abrangente do exercício					
Lucro do exercício		-	-	-	245.994
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	245.994
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas					
Aumento de capital por reorganização societária	4	479.145	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	26.2	-	2.894	-	-
Destinação dos resultados do exercício					
Reserva legal	26.3	-	12.300	-	(12.300)
Dividendos obrigatórios	25	-	-	-	(58.424)
Reserva para investimentos	26.3	-	-	175.270	(175.270)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		479.145	2.894	12.300	175.270
Saldos em 31 de dezembro de 2025		876.237	17.683	18.586	215.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício		245.994	79.686	245.994	79.686
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		245.994	79.686	245.994	79.686
Atribuído a:					
Acionistas controladores		245.994	79.686	245.994	79.686
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		187.484	104.372	217.015	99.430
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	14 e 15	7.462	10.088	9.227	10.108
Depreciação IFRS-16	14	2.164	1.774	2.164	1.774
Provisão para perda esperada	8	21.097	5.093	18.255	6.426
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22	(277)	(4.991)	(1.873)	(6.586)
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	22	10.904	(8.779)	11.147	(8.312)
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	27	(25.857)	-	(25.857)	-
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	16	1.724	-	2.652	-
Encargos financeiros arrendamento por direito de uso	17	991	883	991	883
Encargos financeiros de aquisições	21	310	-	310	-
Outorga de opções de ações		1.447	2.165	2.790	2.165
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		(13)	10.287	530	10.848
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	30	(15.205)	(10.341)	(23.194)	(11.163)
Equivalência patrimonial	13	(66.042)	(12.271)	(569)	(5.599)
Resultado de derivativos	5.2	448	-	689	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais		126.637	98.280	214.277	99.974
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) em contas a receber		(65.016)	(33.394)	(114.259)	(56.223)
(Aumento) em estoques		(56.146)	(1.341)	(180.811)	(4.997)
(Aumento) redução em adiantamentos		(2.615)	295	(76)	295
(Aumento) redução em tributos a recuperar		(9.827)	27.286	(3.724)	24.610
(Aumento) em depósitos judiciais		(1.869)	(800)	(1.877)	(781)
(Aumento) redução em partes relacionadas		(24.089)	450	7.614	12.015
Redução (aumento) em outros créditos		5.280	(3.233)	7.182	(3.230)
Aumento (redução) em fornecedores		3.213	11.694	(9.584)	23.722
Aumento (redução) em fornecedores risco sacado		26.311	(58.433)	139.064	(58.433)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		(1.118)	(9.751)	9.642	(9.198)
Aumento (redução) em tributos a pagar		41.699	(6.302)	21.280	(3.708)
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		9.164	(207)	10.740	375
(Redução) em impostos e contribuições parcelados		(501)	(555)	(179)	(554)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	22	(726)	(1.253)	(11.212)	(5.803)
Aumento (redução) nas demais contas a pagar		719	(3.160)	(7.766)	(3.210)
Caixa gerado pelas operações		51.117	19.510	80.311	14.854
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.981)	(3.571)	(5.357)	(4.504)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos		-	(866)	-	(866)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		49.136	15.073	74.954	9.484
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários		(132.829)	36.456	(268.241)	32.679
Adições ao imobilizado	14	(287)	(795)	(825)	(803)
Adições ao intangível	15	(7.697)	(6.327)	(9.873)	(6.327)
Caixa cedido em reorganização societária	4				

→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de controladas, outros créditos e valores a receber de partes relacionadas. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras", no período em que ocorrem. Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2025 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos a pagar a fornecedores, operações com risco sacado, adiamento de clientes e contas a pagar para partes relacionadas. O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c). **2.7 Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo por meio do resultado. Os respectivos ganhos ou perdas ocorridos são registrados na rubrica de resultado financeiro, na demonstração de resultado. Os saldos contábeis e riscos atrelados a essa operação estão apresentados como maior detalhamento na nota explicativa 5.2 (a). **2.8 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 540 dias do vencimento, o título é baixado. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "impairment" de ativos financeiros ao custo amortizado. **2.9 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor presente líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos editoriais (como por exemplo custos de *design*), matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação, as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto à expectativa de realização. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Vida útil (anos)	2025	2024
		5

Equipamentos de informática

Móveis, equipamentos e utensílios

Edificações e benfeitorias (i)

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **2.11 Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados a produção de conteúdo e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e as relações com clientes, contratuais ou não. Anualmente é realizada a revisão da recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indeterminada e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles: a) **Ágio:** O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios. b) **Softwares:** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados ou para desenvolver novas funcionalidades para os existentes. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em até 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou projeto, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas e são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. c) **Produção de conteúdo:** As despesas de desenvolvimento com conteúdo de plataformas são capitalizadas apenas se puderem ser mensuradas com confiabilidade,

se o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo. Caso contrário, são reconhecidas nos resultados quando incorridas. Após o reconhecimento inicial, as despesas de desenvolvimento são mensuradas ao custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da sua vida útil estimada de 4 anos. A Companhia não identificou alterações na vida útil em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **2.12 "Impairment" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 15 (b). **2.13 Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "fornecedores - risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. Adicionalmente a Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 12, ajusta a valor presente o passivo assumido junto aos fornecedores segregando os juros embutidos em cada negociação e apropriando em seu resultado financeiro, na rubrica de despesas financeiras. **2.14 Empréstimos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. São classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. **2.15 Arrendamento por direito de uso:** A Companhia adota o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil e reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos que possuía de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Não se enquadram nesse contexto os contratos que possuem duração inferior a 12 meses, ou que possuam baixo valor. O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre: (i) valor principal (apresentado dentro das atividades de financiamento); e (ii) valor de juros (apresentados nas atividades operacionais). **2.16 Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social. Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICP22/IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia. **2.18 Benefícios a empregados:** **2.18.01 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em "obrigações trabalhistas" mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano. **2.18.02 Pagamentos baseados em ações:** O Grupo oferece aos administradores e/ou empregados estratégicos da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto Planos de Incentivo a Longo Prazo (ILP) com pagamento baseado em ações. O valor justo das ações restritas outorgadas ou opções concedidas outorgadas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Os encargos trabalhistas incidentes são reconhecidos como despesa no resultado em contrapartida ao Passivo e são atualizados mensalmente observando o preço de fechamento das respectivas ações base. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. **2.19 Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.20 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Eventual dividendo distribuído superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. **2.21 Receita na venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; e (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita pela venda de produtos (livros, publicações e conteúdo de assinaturas) atreladas à educação básica é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Empresa adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador, ou seja, quando há transferência de controle a um cliente. Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material. **2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Despesas de juros provenientes de empréstimos contratados; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Despesas de atualização monetária de contingências. São reconhecidas conforme a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos. **2.23 Mensuração do valor justo:**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, a Companhia mede os ativos com base nos preços de compra e o passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. **2.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 e novas normas e interpretações ainda não efetivas:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.24.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** a) **Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21 e CPC 37).** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. b) **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. c) **Aplicação da Orientação OCP 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos de Descarboxinação:** A Resolução CVM nº 223/2024 tornou obrigatória a aplicação do OCP 10, que trata sobre os créditos de carbono (ICOs), permissões de emissão de carbono (allowances) e créditos de descarboxinação (CBI), de forma a assegurar a consistência das demonstrações financeiras e sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade exigido pela Resolução CVM nº 193/2023. A Companhia avaliou os requisitos previstos na OCP 10 e concluiu que, embora gere emissões de carbono em suas operações - as quais são mensuradas e divulgadas conforme as diretrizes do GHG Protocol - recebeu créditos de carbono de forma gratuita, por meio do engajamento da sua cadeia de fornecimento seguindo boas práticas de gestão climática. Tais créditos de aposento são mantidos com a finalidade de compensação de emissões próprias que não são passíveis de redução, sem intenção de negociação ou comercialização. Considerando que tais créditos não envolveram desembolso financeiro e não geram, no momento, benefícios econômicos futuros, não há impactos contábeis decorrentes da aplicação da OCP 10 nas demonstrações financeiras do período. Adicionalmente, a Companhia possui certificados de energia renovável (I-RECs), os quais não se enquadram no escopo da OCP 10, sendo utilizados exclusivamente para fins de comprovação de consumo de energia de fonte renovável e divulgados no contexto das informações ambientais e de sustentabilidade. **2.24.2 Novas normas ainda não efetivas:** As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras: a) **IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 de apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Administração ainda está avaliando os impactos sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras no novo padrão. b) **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: (i) Contratos de eletricidade relacionadas à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); (ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco material, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1 Julgamentos: a) Determinação do período de locação:** As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados como armazéns onde ficam alocados os produtos do Ensino Básico, além de contratos de locação de veículos. Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios, armazéns, equipamentos ou mesmo computadores os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes: (i) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. (ii) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento. (iii) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2 Estimativas: a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") nos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.12 e 15 (b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* foram apreciadas e aprovadas pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 24. **c) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.8, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c). **e) Determinação do ajuste a**

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

valor presente de determinados ativos e passivos: Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **f) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** O Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quando mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. **4. Reorganização societária:** Em 01 de julho de 2025, a Saber Serviços Educacionais S.A. foi cindida em sua totalidade em favor das suas controladas indiretas Editora Ática S.A. e Red Balloon S.A. ("Somos Idiomas"), nos montantes de R\$ 924.531 e R\$ 73.281, respectivamente, sendo encerrada após a sua cisão. Em função dessa incorporação, as empresas Saraiva Educação S.A., Saraiva Soluções Educacionais S.A., Editora Scipione S.A., Editora Joaquim Ltda., Editora Pigmento Ltda. e Editora Todas as Letras Ltda. passaram a ser controladas diretas da Editora Ática S.A. As movimentações foram demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Editora Ática	Total das controladas (i)	Reclassificações consolidadas	Editora Ática
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	53.651	94.949	-	148.600
Contas a receber	-	17.834	-	17.834
Estoques	-	74.256	-	74.256
Adiantamentos	-	5.992	-	5.992
Tributos a recuperar	16.194	10.649	-	26.843
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27.984	29.077	-	57.061
Contas a receber na venda de controladas	223.841	-	-	223.841
Outros créditos	452	4.128	-	4.580
Partes relacionadas - outros	88.076	37.137	-	125.213
Total ativo circulante	410.198	274.022		684.220
Ativo não circulante				
Tributos a recuperar	-	1.145	-	1.145
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	2.651	-	2.651
Contas a receber na venda de controladas	208.343	-	-	208.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.120)	95.698	22.922	86.500
Outros créditos	625	1	1	627
Depósitos judiciais	14	442	-	456
Garantia para contingências tributárias, trabalhistas e civis	-	942	-	942
Investimentos	149.485	-	(159.826)	(10.341)
Imobilizado	874	62	-	936
Intangível	264.749	13.365	(104.165)	173.949
Partes relacionadas - outros	-	3.745	-	3.745
Total ativo não circulante	591.970	118.051	(241.068)	468.953
Total do ativo	1.002.168	392.073	(241.068)	1.153.173
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	13.602	-	13.602
Fornecedores	3.570	79.144	-	82.714
Tributos a pagar	8.480	79	-	8.559
Obrigações trabalhistas	-	29.519	-	29.519
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	5.813	-	5.813
Adiantamentos de clientes	2.273	183	-	2.456
Contas a pagar - aquisições	4.468	-	-	4.468
Impostos e contribuições parcelados	45	-	-	45
Dividendos a pagar	45.885	8.640	-	54.525
Demais contas a pagar	139	248	-	387
Partes relacionadas - outros	3.587	7.712	-	11.299
Total passivo circulante	68.447	144.940		213.387
Passivo não circulante				
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e civis	233.151	2.319	-	235.470
Passivos assumidos na combinação de negócios	2.131	3.746	-	5.877
Partes relacionadas - outros	219.294	-	-	219.294
Total passivo não circulante	454.576	6.065		460.641
Total patrimônio líquido	479.145	241.068	(241.068)	479.145
Total do passivo	1.002.168	392.073	(241.068)	1.153.173

As operações com derivativos possuem as seguintes condições e montantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Operação de swap	Objetivo do derivativo	Remuneração ativo	Remuneração passivo	Valor notional	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Perda	Consolidado
ÁTICA - FINAME	Proteção do empréstimo	IPCA + 10,47%	CDI + 1,35%	25.299	15/07/2026	27.115	27.564	(448)	
SARAIVA - FINAME	Proteção do empréstimo	IPCA + 10,47%	CDI + 1,35%	8.695	15/07/2026	9.320	9.474	(154)	
SCIPIONE - FINAME	Proteção do empréstimo	IPCA + 10,47%	CDI + 1,35%	4.907	15/07/2026	5.259	5.346	(87)	
Total				38.901		41.694	42.384	(689)	

Passivo circulante

Durante o exercício ocorreu o pagamento de juros dos contratos, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial				
Perda com instrumentos derivativos, líquidas	448	-	689	-
Saldo final	448	-	689	-

b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, além das operações com derivativos (*swap*), que visam proteger tais empréstimos contratados, e ainda as contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados à essas taxas. Os instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco de flutuações nas taxas de juros atrelados ao CDI e IPCA, bem como as taxas de juros contratadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos				
financeiros derivativos (i)	42.383	-	CDI + juros de 1,35 a.a.	
Contas a pagar por aquisição	302	-	CDI	
Total	42.685	-		
Consolidado				
31/12/2025	31/12/2024	Taxa de juros		
Empréstimos	41.553	-	IPCA + juros de 10,47% a.a.	
Instrumentos financeiros derivativos	(41.694)	-	IPCA + juros de 10,47% a.a.	
Contas a pagar por aquisições	4.476	-	IPCA	
Total	4.335	-		

(i) Relativo ao valor contratado pela Empresa para proteção das flutuações nas taxas de juros dos empréstimos atrelados ao IPCA ("valor notional"), conforme apresentado na nota explicativa 5.2 (a). **c) Risco de crédito:** É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de empréstimo, incluindo depósitos em bancos, títulos e valores mobiliários, além de outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos: **Contas a receber:** As contas a receber são compostas por distribuidoras de livros e do Governo (PNLD). O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos dos produtos vendidos. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** A Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)				
AAA	1.566	224	5.005	522
	1.566	224	5.005	522

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários (nota 7)				
AAA	287.677	139.643	440.720	149.285
	287.677	139.643	440.720	149.285

d) Risco de liquidez: Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de

(i) Abrange as controladas diretas: Saraiva Educação, Saraiva Soluções Educacionais, Ed. Scipione, Ed. Joaquim, Ed. Pigmento, e Ed. Todas as Letras. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1 Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições estratégicas ou através da implementação de sistemas de controle, sendo definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Apresentamos a seguir a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados nos saldos patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros porque seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

Hierarquia do valor justo	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.566	224	5.005	522
Contas a receber		164.503	120.584	262.149	148.311
Contas a receber na venda de controladas		225.768	-	225.768	-
Adiantamentos		4.916	2.301	8.576	2.508
Outros créditos		1.988	6.191	4.750	6.725
Partes relacionadas		314.893	318.429	278.571	291.730
		713.634	447.729	784.819	449.796

Ativo - Valor justo por meio do resultado	Títulos e valores mobiliários	2	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
			287.677	139.643	440.720	149.285
			287.677	139.643	440.720	149.285

Hierarquia do valor justo	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo - Custo amortizado					
Empréstimos		27.023	-	41.553	-
Fornecedores		56.146	49.363	139.852	66.722
Fornecedores risco sacado		116.002	89.691	228.755	89.691
Contas a pagar - aquisições		-	-	4.778	-
Demais contas a pagar		2.463	1.605	2.855	1.605
Partes relacionadas		234.362	225.962	230.370	224.822
		440.774	366.621	648.163	382.840

Passivo - Valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros derivativos	448	-	689	-

5.2 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo por meio do resultado. As variações ocorridas são registradas na rubrica de receitas ou despesas financeiras, na demonstração de resultado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, com o objetivo de proteger (Hedge) sua exposição as variações nas taxas de juros atreladas ao empréstimo FINAME atualizado por IPCA. Esse instrumento financeiro derivativo está representado especificamente por contratos de swap, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial				
Adição por reorganização societária	3.261	811	7.480	807
Constituição	(21.097)	(5.093)	(18.255)	(6.426)
Saldo final	(28.392)	(10.556)	(39.022)	(12.304)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 540 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. **9. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados (i)	50.347	36.457	148.202	44.528
Produtos em elaboração	67.649	30.040	150.000	30.302
Matérias-primas	19.716	19.091	44.774	18.267
Direito de devolução	4.877	856	6.359	1.171
	142.589	86.444	349.335	94.268

(i) Os produtos acabados tiveram uma redução em relação ao valor realizável líquido correspondente a provisão de perdas de estoque no montante de R\$ 16.817 (R\$ 17.335 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução foi reconhecida como despesa e está incluída no custo dos produtos vencidos.

10. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS, Cofins e ISS a recuperar (i)	26.257	11.858	47.009	15.856
INSS a recuperar	2.613	886	2.802	915
Outros tributos a recuperar	11	462	11	468
	28.881	13.206	49.822	17.239

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Não Circulante	16.294	-	16.294	-
	28.881	13.206	49.822	17.239

(i) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço. **11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R\$ 42.007 na controladora (R\$ 39.594 em 31 de dezembro de 2024), e R\$ 69.569 no consolidado (R\$ 41.985 em 31 de dezembro de 2024).

12. Contas a receber na venda de controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Colégio Alphaville	-	-	2.146	-
Somos Operações Escolares	-	-	223.622	-
			225.768	
			225.768	
			225.768	

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a receber na venda de controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial				
Adição por reorganização (nota 4)	-	-	432.184	-
Atualização de juros	-	-	25.857	-
Recebimentos	-	-	(232.2	

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informação sobre as controladas e coligadas:

Participação no patrimônio líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado da participação da Saber, anterior à reorganização		Resultado da participação da Ática, após reorganização	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SB Sistemas de Ensino Ltda.	99,9%	152.263	1.874	172	1.702	169	169	169	169
SGE Com. de Material Didático Ltda.	99,9%	2.706.339	5.968	648	5.320	330	330	330	330
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	99,9%	98.200	68	2	66	6	6	6	6
Editora Scipione S.A.	99,9%	3.088.609.523	134.840	68.294	66.546	23.073	(2.878)	20.195	20.195
Maxiprint Editora Ltda.	99,9%	18.775.885	97.191	56.680	40.511	16.235	—	16.235	16.235
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	99,9%	500	1.795	764	1.031	134	(65)	69	69
Somos Educação Investimentos S.A.	99,9%	121.748.081	51.248	22.510	28.738	(61)	—	(61)	(61)
Saraiva Educação S.A.	99,9%	136.757.955	397.726	186.232	211.494	27.511	1.484	28.995	28.995
Editora Joaquim Ltda.	99,9%	311.868	1.273	244	1.029	128	(87)	41	41
Editora Pigmento Ltda.	99,9%	347.000	1.079	187	892	113	(82)	31	31
Editora Todas as Letras Ltda.	99,9%	592.834	1.533	393	1.140	131	(99)	32	32
		694.595	336.126	358.469	67.769		(1.727)	66.042	66.042

Participação no patrimônio líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SB Sistemas de Ensino Ltda.	99,9%	152.263	1.706	173	1.533	166	166	166	166
SGE Com. de Material Didático Ltda.	99,9%	2.706.339	5.669	679	4.990	823	823	823	823
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	99,9%	98.200	62	1	61	1	1	1	1
Editora Scipione S.A.	15,8%	3.088.609.523	153.600	94.210	59.396	34.911	34.911	34.911	34.911
Maxiprint Editora Ltda.	99,9%	18.775.885	55.580	43.440	12.140	8.345	8.345	8.345	8.345
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	29,7%	500	1.734	840	894	243	243	243	243
Somos Educação Investimentos S.A.	99,9%	121.748.081	51.307	22.505	28.802	(2.663)	(2.663)	(2.663)	(2.663)
			269.664	161.848	107.816		41.826	41.826	41.826

(c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	31/12/2023	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Reflexos RSU	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio	Reorganização societária	31/12/2024
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	4.167	—	—	—	823	—	4.990	
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	60	—	—	—	1	—	61	
Maxiprint Editora Ltda.	330	4.200	(1.117)	—	8.345	(466)	11.292	
Somos Educação Investimentos S.A.	26.757	4.705	—	—	(2.663)	—	28.799	
Ágio, inclusive o alocado	37.170	—	—	—	—	—	37.170	
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (controladas)	69.851	8.905	(1.117)	—	6.672	(466)	83.845	
Editora Scipione S.A.	7.916	—	(770)	207	5.527	(3.478)	9.402	
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	194	—	—	—	72	—	266	
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (coligadas)	8.110	—	(770)	207	5.599	(3.478)	9.668	
Total geral	77.961	8.905	(1.887)	207	12.271	(3.944)	93.513	

	31/12/2024	Aumento de capital	Reflexos RSU	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio	Reorganização societária	31/12/2025
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	4.990	—	—	—	330	—	5.320
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	61	—	—	—	5	—	66
Editora Scipione S.A.	—	—	—	19.654	(16.573)	63.466	66.547
Maxiprint Editora Ltda.	11.292	13.000	—	16.235	(863)	—	39.664
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	—	—	—	43	—	989	1.032
Somos Educação Investimentos S.A.	28.799	—	—	(61)	—	—	28.738
Saraiva Educação S.A.	—	7.500	1.343	28.994	—	173.657	211.494
Editora Joaquim Ltda.	—	—	—	41	—	988	1.029
Editora Pigmento Ltda.	—	—	—	31	—	861	892
Editora Todas as Letras Ltda.	—	—	—	32	—	1.108	1.140
Ágio, inclusive o alocado	37.170	—	—	—	—	(81.243)	(44.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (controladas)	83.845	20.500	1.343	65.473	(17.436)	159.826	313.551
Editora Scipione S.A.	9.402	—	104	542	—	(10.048)	9.050
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	266	—	—	27	—	(293)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (coligadas)	9.668	—	104	569	(10.341)	—	9.668
Total geral	93.513	20.500	1.447	66.042	(17.436)	149.485	313.551

14. Imobilizado:

	Controladora						
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	915	325	—	577	30	—	1.847
Adições	11	760	—	24	—	9.917	10.712
Baixas	(9)	—	—	—	—	(70)	(79)
Depreciações	(753)	(82)	—	(240)	—	(1.774)	(2.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	164	1.003	—	361	30	8.073	9.631
Taxa média anual de depreciação 2024	20%	10%	—	12%	—	20%	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	164	1.003	—	361	30	8.073	9.631
Adições	113	136	—	38	—	1.205	1.492
Adição por reorganização	—	130	15	729	—	—	874
Baixas	—	—	—	—	—	(153)	(153)
Depreciações	(162)	(154)	(2)	(207)	—	(2.164)	(2.689)
Transferências	—	—	—	30	(30)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115	1.115	13	951	—	6.961	9.155
Taxa média anual de depreciação 2025	20%	10%	10%	12%	—	5%	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115	1.115	13	951	—	6.961	9.155
Custo	13.462	4.986	36	9.779	—	10.889	39.152
Depreciação acumulada	(13.347)	(3.871)	(23)	(8.828)	—	(3.928)	(29.997)

	Consolidado						
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	917	419	—	584	30	—	1.950
Adições	11	768	—	24	—	9.917	10.720
Baixas	(9)	(25)	—	(7)	—	(70)	(111)
Depreciações	(755)	(100)	—	(240)	—	(1.774)	(2.869)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	164	1.062	—	361	30	8.073	9.690
Taxa média anual de depreciação 2024	20%	10%	—	12%	—	20%	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	164	1.062	—	361	30	8.073	9.690
Adições	124	138	—	47	—	516	1.205
Adição por reorganização	10	175	22	729	—	—	936
Baixas	—	—	—	(26)	—	—	(153)
Depreciações	(183)	(193)	(2)	(208)	—	(2.164)	(2.750)
Transferências	—	—	—	30	(30)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115	1.182	20	933	—	516	6.961
Taxa média anual de depreciação 2025	20%	10%	10%	12%	—	20%	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	115	1.182	20	933	—	516	6.961
Custo	17.402	6.466	47	16.392	—	516	11.383
Depreciação acumulada	(17.287)	(5.284)	(27)	(15.459)	—	—	(4.422)

15. Intangível:

	Controladora			
	Softwares	Produção de intangíveis	Ágios e alocações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.017	2.767	23.464	52.248
Adições	4.415	2.063	—	6.478
Baixas	(10.431)	—	—	(10.431)
Amortizações	(7.122)	(1.891)	—	(9.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.879	2.939	23.464	39.282
Taxa média anual de amortização 2024	20%	25%	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.879	2.939	23.464	39.282
Adições	6.116	1.581	—	7.697
Adição por reorganização societária	133	—	264.616	264.749
Amortizações	(5.086)	(1.851)	—	(6.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.042	2.669	288.080	304.791
Taxa média anual de amortização 2025	20%	25%	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.042	2.669	288.080	304.791
Custo	139.266	25.215	461.746	626.227
Amortização acumulada	(125.224)	(22.546)	(173.666)	(321.436)

	Consolidado			
	Softwares	Produção de intangíveis	Ágios e alocações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.377	3.296	131.861	161.534
Adições	4.264	2.063	—	6.327
Adição por reorganização societária	(10.627)	(182)	—	(10.809)
Amortizações	(7.122)	(1.891)	—	(9.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.892	3.286	131.861	148.039
Taxa média anual de amortização 2024	20%	25%	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.892	3.286	131.861	148.039
Adições	8.473	1.400	—	9.873
Adição por reorganização societária	12.032	1.466	264.616	278.114
Baixa por reorganização societária	—	—	(104.165)	(104.165)
Baixas	—	—	(517)	(517)
Amortizações	(6.465)	(2.176)	—	(8.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26.932	3.976	291.795	322.703
Taxa média anual de amortização 2025	20%	25%	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26.932	3.976	291.795	322.703
Custo	203.098	52.562	465.461	721.121
Amortização acumulada	(176.166)	(48.586)	(173.666)	(398.418)

16. Empréstimos: (a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	Remuneração	Emissão	Vencimento	
FINAME - ÁTICA	IPCA + 10,47% a.a.	30/06/2025	30/06/2026	27.023
FINAME - SARAIVA	IPCA + 10,47% a.a.	30/06/2025	3	

→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	26	1.446	(363)	764
Despesas financeiras	(10.375)	(189)	(486)	(97)
Total	(10.349)	1.257	(849)	667

22.2 Principais processos, por natureza, com expectativa de perda provável: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietário: **Processos de natureza tributária:** Os principais processos administrativos e judiciais de natureza tributária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes: • 2 Autos de Infração em face da Editora Ática S.A. e da Editora Scipione S.A. visando à cobrança de tributos federais (IRPJ/CSLL) decorrentes do aproveitamento de ágio, no valor de R\$ 85.197 e R\$ 3.839, respectivamente (R\$ 81.834 e R\$ 3.688 em 31 de dezembro de 2024); A Companhia ainda é parte em 64 processos, envolvendo discussões relacionadas a compensações de PIS e COFINS, no montante de R\$ 207.510 e processos tributários de diversas naturezas, incluindo a compensação de tributos, que totalizam o montante de R\$ 18.404. **Processos de natureza cível:** Ação movida em face da Companhia, onde o autor questiona a distribuição de materiais sem o devido reconhecimento autoral, visando a cobrança de direitos autorais no montante de R\$ 4.233 (R\$ 11.787 em 31 de dezembro de 2024). Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisdição de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024, 26 processos de natureza cível que totalizam o montante de R\$ 1.828 (16 em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 889). **Processos de natureza trabalhista:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2025, 36 processos de natureza trabalhista (17 em 31 de dezembro de 2024), que totalizam o montante de R\$ 10.453 (R\$ 3.282 em 31 de dezembro de 2024). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas. **22.3 Processos com expectativa de perdas possíveis:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	43.435	142.088	33	67
Cíveis	1.316	754	8	5
Trabalhistas	5.926	5.170	14	15
Total	50.677	148.012	55	87

A Companhia e suas controladoras possuem em 31 de dezembro de 2025, 55 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, dos quais destacamos os principais: **(i) Tributárias:** • Auto de Infração decorrente de procedimento fiscalizatório que teve por objetivo analisar as compensações decorrente de créditos de retenção de 11% sobre o valor da nota fiscal de prestação de serviços realizados e declaradas em Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) no montante de R\$ 4.830 (R\$ - em 31 de dezembro de 2024). • A Companhia ainda é parte em 32 processos que totalizam o montante de R\$ 38.605 (R\$ 142.088 em 31 de dezembro de 2024). As demandas são relacionadas processos administrativos envolvendo discussões de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Os processos no montante de R\$ 139.630 em 31 de dezembro de 2024, antes classificados como possíveis, agora constam como prováveis devido a reorganização societária da Saber em 01 de julho de 2025. A reclassificação reflete a transferência de provisões tributárias com probabilidade de perda definida como "mais provável que sim do que não existir uma obrigação presente" (*"More likely than not"*) ocorridas na combinação de negócios. **(ii) Cíveis:** • A Companhia é parte em 8 ações cíveis, com valor médio de R\$ 165 (R\$ 115 em 2024) e que totalizam o montante de R\$ 1.316 (R\$ 754 em dezembro de 2024). As demandas estão relacionadas a discussões contratuais. **(iii) Trabalhistas:** • Reclamação trabalhista envolvendo pedidos de bônus remuneratório, diferenças salariais, gratificações e demais verbas trabalhistas na importância de R\$ 2.302 (R\$ 2.039 em 31 de dezembro de 2024); • A Companhia é parte em 13 processos, com valor médio de R\$ 279, e que totalizam o montante de R\$ 3.624 (R\$ 3.131 em 31 de dezembro de 2024). As demandas são principalmente relacionadas a pedidos de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas.

23. Depósitos judiciais e garantias de provisão para perdas tributárias e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	2.784	2.582	3.157	2.582
Trabalhistas	1.817	136	1.941	183
Total	4.601	2.718	5.098	2.765

23.2 Garantias de provisão para perdas trabalhistas:

	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	535	535	942	942
Reorganização societária	388	388	(926)	(926)
Total	939	939	939	939

24. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 24.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no período diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	187.484	104.372	217.015	99.430
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(63.745)	(35.486)	(73.785)	(33.806)
Equivalência patrimonial	22.454	4.172	193	1.904
Incentivo fiscal em controladas sujeitas ao benefício	-	24	43	72
Adições líquidas sem a constituição de diferido	4.732	6.604	7.124	10.048
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	-	-	37	-
IRPJ e CSLL corrente sobre contingências	-	-	-	6.850
IRPJ e CSLL diferidos sobre ágios (i)	95.069	-	95.549	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício	-	-	(182)	(2.649)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais	-	-	-	(2.163)
Total IRPJ e CSLL	58.510	(24.686)	28.979	(19.744)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	13.395	(23.347)	(2.278)	(21.096)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	45.115	(1.339)	31.257	1.352
Total	58.510	(24.686)	28.979	(19.744)

(i) Refere-se a diferenças temporárias, principalmente de contingências, amortização e provisões de intangíveis gerados em combinação de negócios, que não se constituíram tributos diferidos pois estavam registradas na controlada Saber, holding não operacional e que não possuía histórico de lucratividade fiscal. A partir da reorganização societária, conforme nota 4, as diferenças temporárias foram incorporadas pelas controladas indiretas Ática e Red Balloon, os quais tratam-se de entidades com histórico de lucratividade fiscal e projeções de lucros futuros. **24.2 Imposto de renda e contribuição social diferido:** A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Imposto de renda/Contribuição social:				
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	97.090	-	8.979	106.069
Diferenças Temporárias do Lucro Real				
Provisão para perda esperada	4.591	-	6.065	10.656
Ajuste a valor presente	(5.486)	-	(582)	(6.068)
Depreciação e custo de empréstimo	5.379	-	311	5.690
Provisões não dedutíveis	2.935	-	(1.499)	1.436
Plano de opção de ações	3.297	-	768	4.065
Arrendamento por direito de uso	1.975	-	99	2.074
Ágio sobre combinação de negócios	(421)	(32.120)	30.974	(1.567)
Passivo não circulante líquido	109.360	(32.120)	45.115	122.355
Ativo não circulante	109.360	-	122.355	-
Total	109.360	109.360	122.355	122.355

	Reorganização Societária		Efeitos no resultado		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Imposto de renda/Contribuição social:						
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	99.759	-	76.521	7.194	183.474	-
Diferenças temporárias do Lucro Real						
Provisão para perda esperada	5.428	-	5.919	4.051	15.398	-
Depreciação e custo de empréstimo	5.381	-	(414)	348	5.315	-
Provisões não dedutíveis	4.707	-	(3.628)	(7.887)	(6.808)	-
Plano de opção de ações	3.303	-	(4.794)	632	(859)	-
Arrendamento por direito de uso	1.975	-	1.032	99	3.106	-
Ágio sobre combinação de negócios	(23.343)	-	11.864	26.820	15.341	-
Passivo não circulante líquido	97.210	97.210	86.500	31.257	214.967	214.967
Ativo não circulante	97.210	-	97.210	-	214.967	-
Total	97.210	97.210	97.210	97.210	214.967	214.967

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual. **24.3 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as diretrizes do modelo do Pilar Dois, visando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, com receitas anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro exercícios fiscais anteriores, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro aplicáveis aos grupos de empresas multinacionais. No Brasil, a Lei 15.079/2024 internalizou a iniciativa com a criação do Adicional da CSLL com início de aplicação no exercício de 2025 e pagamento, quando devido, até o último dia último do mês de julho do ano seguinte ao período base. Em razão do investimento da Cognia na Vasta Platform, o qual está localizado em Cayman, e do faturamento superior aos 750 milhões de euros, a Cognia e suas controladas são consideradas grupo multinacional sujeito à aplicação da referida lei. A administração, em análise conjunta com seus assessores jurídicos, avaliou aos impactos da referida lei para a Companhia e concluiu que nenhum registro contábil deveria ser efetuado. **24.4 Reforma tributária dos tributos sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. A reforma tributária iniciou a vigência no exercício de 2026, ainda de forma estatística e sem recolhimentos ou créditos, havendo um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Consequentemente, não há impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e os impactos nas demonstrações financeiras de 2026 serão limitados às empresas que não consigam cumprir com as obrigações acessórias em 2026, após a divulgação de regulamento. A administração avaliou os impactos futuros da reforma tributária e, apesar de ainda carecer de certas informações, como a inexistência neste momento da divulgação das alíquotas dos novos tributos durante a transição, entende que os impactos dos novos tributos serão neutros no lucro líquido após o período de transição. **25. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, em consonância com a legislação societária, a Companhia propõe a distribuição do dividendo mínimo obrigatório a parcela de 25% do lucro líquido ajustado, deduzido da reserva de lucros a realizar conforme art. 197 da Lei das Sociedades Anônimas, e distribuídos aos acionistas nos prazos da lei. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025
Lucro Líquido do exercício	245.994
(-) Reserva legal 5%	(12.300)
Lucro líquido ajustado	233.694
Dividendos mínimos obrigatórios (cálculo 25%)	(58.424)
Dividendos por ação (i)	(0,07)
(i) Considera a quantidade de ações em 31 de dezembro de 2025 de 876.236.905.	
Os movimentos do exercício foram demonstrados abaixo:	
Saldo inicial dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024	-
Distribuição de dividendos realizada pela Saber e incorporada na reorganização societária	45.885
Pagamento de dividendos atrelados a reorganização societária, entre outubro e novembro de 2025	(45.885)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício 2025	58.424
Pagamento efetuado em novembro/2025, referente ao exercício de 2025	(58.424)
Saldo final dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025	-

26. Patrimônio líquido: 26.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$ 397.092 divididos em 397.091.842 ações ordinárias normativas, no valor de R\$ 1,00 (um real). Em 01 de julho de 2025, a Companhia realizou a incorporação parcial da Saber Serviços Educacionais S.A. no montante de R\$ 924.531, realizando um aumento de capital social por reorganização societária no valor de R\$ 479.145, conforme nota explicativa 4. Considerando a movimentação do exercício, em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$ 876.237 divididos em 876.236.905 ações ordinárias normativas, no valor de R\$ 1,00 (um real). **26.2 Reserva de capital e opções outorgadas:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 17.683 (R\$ 14.789 em 31 de dezembro de 2024). Essa rubrica é composta substancialmente dos planos de remuneração baseado em ações e adicionalmente pela revisão de balanço de abertura da Somos realizado em 2019. **Planos remuneração baseada em ações:** Conforme descrito na nota explicativa 30.1 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Controladora Cognia, e em conjunto com o apresentado na nota explicativa 2.19 dessa Demonstração Financeira, o Grupo possui dois planos de opção de compra de ações intitulados "*Performance Shares 2021*" e "*Performance Shares 2023*". A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas dos Planos de *Performance Shares* (PSU2021 e PSU2023) no montante de R\$ 2.894 no período findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.372 em 31 de dezembro de 2024) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. Adicionalmente, foi reconhecida uma reversão nas despesas de pessoal com encargos no montante de R\$ 2.928 no período findo em 31 de dezembro de 2025 (reversão nas despesas de R\$ 567 em 31 de dezembro de 2024), líquido de atualização pelo preço da ação na data de fechamento do período. Adicionalmente foi constituído o passivo de R\$ 186 a título de "Prêmio Dividendo" conforme previsto nos contratos do Plano PSU23 (R\$ - em 31 de dezembro de 2024).

26.3 Reserva de lucros: Reserva legal: Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi destinado o saldo de R\$ 12.300 (R\$ 3.984 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 17.683 de reserva (R\$ 6.286 em 31 de dezembro de 2024). **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme requerido pela lei das sociedades anônimas, a Companhia constitui como dividendo mínimo obrigatório uma parcela de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76, a serem distribuídos aos acionistas nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado em assembleia geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi destinado R\$ 58.424 (R\$ 4.525 em 31 de dezembro de 2024) como dividendos e R\$ - (R\$ 30.500 em 31 de dezembro de 2024) como juros sobre capital próprio aos acionistas. Maiores informações na nota explicativa 25. **Reserva para investimentos:** Essa reserva faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício as operações de investimento e expansão de suas atividades e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi destinado o saldo de R\$ 175.270 (R\$ 40.677 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 215.947 de reserva (R\$ 40.677 em 31 de dezembro de 2024). **27. Partes relacionadas:** A Companhia tem como seu beneficiário final a controladora indireta Cognia. As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são resumidas abaixo: **Partes relacionadas - Ativo:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Rateio de despesas corporativas (i)	201.744	210.910	213.954	208.163
Contrato de indenização (ii)	-	81.834	-	81.834
Juros sobre capital próprio a receber	-	762	-	366
Reembolso de pagamento de aquisição de controladas	28.669	22.439	-	-
Dividendos a receber	19.863	-	-	-
Adiantamento de dividendos (iii)	64.617	-	64.617	-
Demais	-	2.484	-	1.367
Total	314.893	318.429	278.571	291.730
Circulante	314.893	236.595	278.571	209.896
Não circulante	-	81.834	-	81.834
Total	314.893	318.429	278.571	291.730

(i) Houve valores a receber derivados dos rateios de despesas corporativas realizado entre a Editora Ática e demais companhias do Grupo Cognia, via nota de débito. O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação, em 31 de dezembro de 2025, foi uma receita de R\$ 66.678 na controladora (R\$ 71.482 em 31 de dezembro de

2024) e R\$ 98.415 no consolidado (R\$ 70.411 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Relativo aos valores a receber derivados dos contratos de indenização entre Ática e Saber, o qual estava vinculado aos saldos a pagar de indenização e foram encerrados com a incorporação da Saber em 01 de julho de 2025, conforme nota explicativa 4. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma receita de R\$ 11.561 (R\$ 14.983 de despesa em 31 de dezembro de 2024) na controladora e de R\$ 11.561 (R\$ 26.868 de despesa em 31 de dezembro de 2024) no consolidado em 31 de dezembro de 2025. (iii) No exercício foi pago antecipadamente o montante de R\$ 64.617 a suas controladoras Cognia e EDE. **Ativo (Partes relacionadas - demais operações):** • A Companhia possui títulos a receber com partes relacionadas junto à coligada Somos Sistemas de Ensino, no total de R\$ 8.415 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.627 em 31 de dezembro de 2024). **Partes relacionadas - Passivo:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rateio de despesas corporativas (i)	147.960	199.904	147.430	197.929
Contrato de indenização - Cognia (ii)	82.940	-	82.940	-
Juros sobre capital próprio a pagar (iii)	-	25.925	-	25.925
Garantia de contingências	3.462	-	-	-
Demais	-	133	-	968
Total	234.362	225.962	230.370	224.822
Circulante	147.960	225.962	147.430	224.822
Não circulante	86.402	-	82.940	-
Total	234.362	225.962	230.370	224.822

(i) Obrigações derivadas dos rateios de despesas corporativas realizado entre as empresas do Grupo Cognia (incluindo a Ática e suas controladas), via nota de débito. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia havia saldo de subarrendamento com o centro de distribuição em São José dos Campos junto a sua coligada Somos Sistemas, sendo em média R\$ 666 o valor do pagamento mensal no decorrer do exercício, com vencimento em 30 de novembro de 2025. (ii) Relativo aos valores a pagar derivados dos contratos de indenização entre Cognia e Ática, atrelados aos saldos a pagar de indenização de contingências devidos a Vasta Platform, incorporados pela Ática após cisão da Saber em 01 de julho de 2025, conforme nota explicativa 4. O montante reconhecido no resultado financeiro relativo à atualização dessa operação foi de R\$ 2.525 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ - em 31 de dezembro de 2024). (iii) No exercício foi pago R\$ 25.925 as controladoras Cognia e EDE. **Passivo (Partes relacionadas - demais operações):** • A Companhia possui títulos a pagar com partes relacionadas de R\$ 3.367 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.441 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 58.497 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 27.197 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado junto a Somos Sistemas de Ensino S.A. **Resultado (Partes relacionadas - demais operações):** • A Companhia possui saldo de receita de vendas com partes relacionadas no total de R\$ 3.631

--★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. E CONTROLADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Editora Ática S.A. - São Paulo - SP. Opiniao: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Editora Ática S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Editora Ática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é

responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador - CRC 1SP 290557/O-2

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>